

Urnas eletrônicas: 30 anos em prol da democracia



» CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO
Ministro aposentado, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), professor emérito da UnB e da PUC/MG, advogado

No dia 13 de maio, data em que as primeiras urnas eletrônicas foram enviadas aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) — 13 de maio de 1996 —, a urna eletrônica completará 30 anos de sucesso, utilizadas pela primeira vez nas eleições de 1996, que foram presididas pelo ministro Marco Aurélio.

Um pouco de história não faz mal. No trabalho em que escrevi a respeito do tema — *Urnas eletrônicas, um pouco de sua história*, publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em *Balço das eleições, 2014* —, em prefácios que fiz e em entrevistas que concedi, contei como a urna foi idealizada e o ideal concretizado.

Tudo começou com uma conversa, num intervalo de partidas de tênis, no Clube Naval de Brasília, com o técnico em informática Paulo César Bhering Camarão. Empossado na presidência do TSE, em dezembro de 1994, submeti a matéria à apreciação do Tribunal, que decidiu pela informatização do voto. Nomeei, então, uma grande comissão, integrada por juristas, cientistas políticos, técnicos em informática, que a mídia denominou de Comissão de Notáveis. Dessa comissão, formamos cinco comissões temáticas, todas elas presididas por ministros do TSE — Reforma do Código Eleitoral,

Reforma Partidária, Reforma do Sistema de Voto (voto proporcional, voto distrital), Financiamento das Campanhas Eleitorais e a Comissão de Informatização do Voto. Concluídos os trabalhos, foram eles remetidos aos presidentes da República, do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com base nas diretrizes elaboradas pela Comissão de Informática, um grupo de trabalho foi formado com técnicos do melhor nível para tornar realidade o protótipo da urna, sob a liderança de Paulo Camarão. O TSE e os TREs tinham e têm excelentes técnicos. Mas o TSE procurou apoiar-se também no que o Brasil tinha de melhor no campo do conhecimento tecnológico existente à época. Firmamos convênios com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Buscamos apoio em outros centros de conhecimento tecnológico, o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Telebrás, órgãos técnicos estaduais. O então governador de Minas, Eduardo Azeredo, ele próprio um técnico em informática, colocou à nossa disposição o serviço de informática do estado. Os ministérios militares mandaram os seus técnicos. Paisanos e militares trabalharam em conjunto pelo Brasil.

Por que o TSE pensou em instituir a informatização do voto?

Em *Urnas eletrônicas, um pouco de sua história*, tudo isso é contado em pormenor. A preocupação maior era com as fraudes, que ocorriam principalmente na apuração dos votos neste país continental. Ocorreu em 1994, nas eleições no Rio de Janeiro, uma grande fraude eleitoral, o que levou o TRE do Rio a anular parte das eleições. Pensamos: se isso ocorreu no Rio de Janeiro, tambor

do Brasil — o que ocorre no Rio ressoa em todo o país —, o que não estaria ocorrendo nos estados mais distantes. Algo teria que ser feito. Já tínhamos o cadastro eletrônico do eleitorado, o que se fez na presidência do ministro Néri da Silveira. Em 1994, o TSE, na presidência do ministro Sepúlveda Pertence, totalizou os votos. A solução seria a informatização do voto. Era, aliás, o que faltava. Mas tornava-se necessário criar um computador acessível aos analfabetos e semialfabetizados, ao povo em geral, e que fosse totalmente seguro, de custo baixo, e que os votos pudessem ser apurados num prazo razoável. A demora que ocorria na apuração dos votos pela mão humana era longa, com prejuízo para a economia e para o andamento dos serviços públicos e privados.

A urna eletrônica veio, sobretudo, para afastar as fraudes, para tornar mais seguras as eleições. Ela está engajada na revolução dos computadores. Tudo hoje é informatizado, bancos, comércio, sociedades empresárias, cartões de crédito, repartições públicas, tribunais, empresas aéreas, aeroportos. A urna eletrônica é auditável antes, durante e depois das eleições. Ela veio para ficar. Duas coisas, aliás, bem brasileiras, criadas sem alarde, têm despertado interesse internacional: a urna eletrônica e o Pix.

A urna eletrônica torna mais legítimas as eleições — assim, a democracia que praticamos. Ela é auditável, vale enfatizar, antes, durante e depois das eleições, fazendo mais legítima a democracia, que Winston Churchill, com a fleuma britânica que o caracterizava, proclamou que “é o pior dos regimes políticos, com exceção de todos os outros que foram praticados”.

A urna eletrônica brasileira nos faz orgulhosos de ser brasileiro.

Maurenilson Freire/CB/DA.Press



Sustentabilidade do jornalismo no centro do debate global



» PATRICIA BLANCO
Presidente do Instituto Palavra Aberta

O jornalismo produzido com método, independência e pluralismo é condição para a democracia. Exerce papel decisivo na proteção dos direitos humanos, no fortalecimento da cidadania, no combate à desinformação e na promoção do desenvolvimento sustentável. O trabalho jornalístico e a garantia do direito à livre informação nunca foram tão importantes. Ao mesmo tempo, o jornalismo enfrenta um dos períodos mais críticos de sua história, sob ataques crescentes.

O modelo econômico mudou, com migração de receita publicitária para plataformas digitais e o desafio de disputar a atenção e o apoio da audiência em meio à expansão da oferta de conteúdo noticioso e de entretenimento. Há ainda incertezas sobre o uso adequado da inteligência artificial (IA). Em paralelo, governos autocráticos e lideranças com práticas autoritárias ampliam a pressão sobre veículos e profissionais.

Por outro lado, é importante reconhecer que, embora ainda tímidos, existem sinais de reconhecimento do valor público do jornalismo e de seu papel na garantia da integridade da informação no ambiente digital. Mas precisamos ir além e reforçar esse movimento diante da necessidade de pacificar

relações em um mundo polarizado, com inúmeros conflitos armados e atuação do crime organizado. É a partir desse cenário de incertezas que essa percepção ganha força e orienta os debates do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa de 2026, celebrado neste domingo, sob liderança da Unesco.

A data reforça o papel do jornalismo em um ambiente informacional alarmante, com censura, restrições indiretas e violência contra jornalistas. Segundo a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), pela primeira vez em 25 anos, 52,2% dos países estão em situação “difícil” ou “muito grave” para o exercício do jornalismo. Em 2002, 20% da população viviam em ambientes favoráveis à imprensa; hoje, esse índice caiu para 1%.

Dados da Unesco indicam queda de 10% na liberdade de expressão desde 2012, aumento de 48% nas tentativas de controle da mídia e crescimento de 63% na autocensura, enquanto 85% dos assassinatos de jornalistas seguem impunes. Ao mesmo tempo, a estrada parece pavimentada para favorecer quem espalha desinformação: 40% dos usuários da internet utilizam IA para criar ou modificar conteúdo, sem o rigor técnico do jornalismo.

O impacto econômico da desinformação também é elevado. Estimativas apontam perdas de US\$ 78 bilhões por ano. E o desengajamento informacional avança. No Brasil, dados do Cetic.br mostram que 34% não veem valor em verificar informações, 33% não acreditam no impacto da checagem e 27% consideram irrelevante saber se algo é verdadeiro.

A integridade da informação enfrenta pressão das fraudes tecnológicas. Dados da Polícia Federal (PF) mostram que 42,5% dos golpes financeiros utilizam IA. O uso de deepfakes cresceu 830% entre

2024 e 2025, e o país figura entre os maiores produtores de malware.

Esse quadro amplia riscos para a economia, para a circulação de informação confiável e para a vida democrática. Diante disso, a Unesco propõe três eixos de debate: paz e segurança, com foco na proteção de jornalistas; transformação digital e integridade da informação; e viabilidade da mídia, com atenção à financiamento, pluralismo, incentivo à leitura crítica e inclusão.

Esses conceitos estão na base de algumas respostas institucionais e de iniciativas públicas e privadas. Países avançam em legislações para regular plataformas, ampliar transparência e estabelecer regras para uso de conteúdo jornalístico por empresas de tecnologia e sistemas de IA. Os modelos de remuneração ao jornalismo entram, aos poucos, nas agendas públicas, com base no diálogo entre governos, mídia e empresas, mesmo com divergências — sempre é bom lembrar que o consenso a partir das diferentes visões é um dos pilares da democracia.

No Brasil, o processo é inicial, com iniciativas positivas, como a criação de um protocolo nacional para investigar crimes contra jornalistas, cuja efetividade depende agora de implementação por parte dos governos estaduais e federal, além do apoio dos diferentes atores sociais e de entidades da sociedade civil.

Nunca é demais lembrar Amartya Sen, para quem o desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Segundo o pensador de 92 anos, sociedades livres e pacíficas ampliam as oportunidades (com equidade), reduzem riscos e fortalecem a confiança coletiva. A base dessa credibilidade é justamente a liberdade de imprensa

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



A imprensa responsável

A relação entre imprensa e democracia é objeto recorrente de análise em estudos institucionais, acadêmicos e de organismos internacionais. No caso brasileiro, essa relação insere-se no marco jurídico estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que define, em seu artigo 1º, que “todo poder emana do povo”. Esse princípio fundamenta o papel da informação como elemento central para o funcionamento do sistema democrático.

A imprensa é frequentemente caracterizada como mediadora entre instituições e sociedade. Segundo o relatório do Reuters Institute for the Study of Journalism, 56% dos brasileiros concordam que a mídia exerce função de monitoramento do poder, indicador que posiciona o país entre os mais elevados nesse quesito em comparação internacional. Esse dado sugere a percepção da imprensa como mecanismo de fiscalização institucional.

Ao mesmo tempo, indicadores de confiança revelam um cenário de estabilidade em níveis moderados. Em 2025, 42% dos brasileiros declararam confiar nas notícias, percentual considerado próximo à média global. Esse índice representa uma queda acumulada ao longo da última década, associada, segundo o mesmo relatório, a fatores como polarização política e expansão das plataformas digitais.

A transformação tecnológica também alterou os padrões de consumo de informação. Cerca de 78% da população brasileira utiliza a internet como principal meio de acesso a notícias, enquanto apenas 10% recorrem a jornais impressos. Além disso, aproximadamente 65% dos entrevistados afirmam obter informações por meio de redes sociais e plataformas digitais. Esse deslocamento evidencia uma mudança estrutural no ecossistema informacional.

No plano internacional, a liberdade de imprensa é frequentemente utilizada como indicador de qualidade democrática. O Brasil ocupa posições intermediárias em rankings globais, como o da organização Repórteres Sem Fronteiras, que avalia condições estruturais, independência editorial e segurança dos profissionais. Esses indicadores são utilizados como referência comparativa entre diferentes sistemas políticos.

A literatura especializada também destaca a concentração de propriedade como fator relevante para análise do sistema midiático. Estudos do Banco Mundial e da OCDE apontam que a diversidade de fontes é um dos elementos associados à pluralidade informativa, embora não haja consenso sobre modelos ideais de regulação.

No ambiente digital, pesquisadores têm observado mudanças nos critérios de circulação de conteúdo. De acordo com o Reuters Institute, plataformas on-line tendem a priorizar conteúdos com maior potencial de engajamento, o que influencia a visibilidade de determinadas informações em detrimento de outras. Esse fenômeno tem sido relacionado à velocidade de disseminação de conteúdos não verificados.

A discussão sobre imparcialidade também aparece em estudos teóricos sobre jornalismo. O pesquisador Nic Newman afirma que “a confiança nas notícias está ligada à percepção de independência e transparência das organizações jornalísticas”, destacando a relação entre credibilidade e práticas editoriais.

No contexto brasileiro, a percepção de independência da mídia apresenta níveis mais baixos. Apenas 27% dos entrevistados consideram que os meios de comunicação são independentes de influências políticas ou econômicas. Esse dado indica um grau de ceticismo em relação à autonomia editorial.

A atuação da imprensa também é frequentemente associada ao conceito de “esfera pública”, desenvolvido por Jürgen Habermas, que define o espaço de debate como elemento central das democracias modernas. Nesse modelo, a circulação de informações confiáveis é considerada condição para a formação de opinião pública.

Em síntese, os dados disponíveis indicam que a imprensa no Brasil opera em um ambiente caracterizado por transformação tecnológica, níveis moderados de confiança e desafios relacionados à percepção de independência. O papel da mídia como mediadora entre sociedade e instituições permanece presente nos indicadores, ao mesmo tempo em que novas dinâmicas de produção e circulação de informação alteram a forma como esse papel é exercido.

A frase que foi pronunciada:

Imprensa se combate com imprensa.

D. Pedro II

Cratera

» Na L2 Norte, sentido sul/norte, entre as quadras 11/12, um bueiro fundo acaba com os pneus, os amortecedores e as finanças dos motoristas desavisados. O impacto é grande. Vale a presença e solução do GDF.

História de Brasília

Brasília está para perder um bom amigo, embora que por pouco tempo. O sr. Hermes Lima viajará para o Rio, donde voltará senador pela Guanabara na próxima legislatura. (Publicada em 18/5/1962)